

Movimentos sociais e práticas populares de saúde na Paraíba: levantamento de experiências e reconstituição de seus principais marcos históricos (1960-1990)

Sara Rebeca da Silva Oliveira¹, Pedro José Santos Carneiro Cruz²

Resumo

Os movimentos sociais se constituem de grupos de sujeitos que compartilham um mesmo território, identidades coletivas e se organizam de forma democrática e dialógica. Deles, emergem produções de cuidado em saúde integradas com as realidades locais, e a Paraíba, historicamente, é reconhecida como berço dessas ações, em especial daquelas com orientação teórico-metodológica da Educação Popular em Saúde. Essa pesquisa propôs evidenciar a história desses grupos e seus sujeitos, fazendo o registro de suas experiências. Para tal, recorreremos a um estudo de abordagem qualitativa e caráter descritivo, procedido pela realização de 26 entrevistas individuais semiestruturadas com atores sociais, das quais foram extraídos e sistematizados os marcos históricos pessoais e coletivos desses sujeitos para construção de uma linha do tempo. Foi observado que, no período referente à Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), muitas das experiências estavam articuladas por setores da Igreja Católica. Em outros períodos, as articulações foram protagonizadas pelos sindicatos, grupos minoritários, comunidades populares e estudantes, sendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) o grupo mais expressivo e presente nas trajetórias. Dessa forma, o substrato produzido irá se configurar como acervo para outras pesquisas, bem como será útil na difusão da memória dos grupos e suas contribuições históricas.

Palavras-chave

Movimentos Sociais. Práticas Populares. Educação Popular em Saúde. Participação Social em Saúde.

¹ Graduanda em Medicina na Universidade Federal da Paraíba, Brasil; membro do Programa de Pesquisa e Extensão Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB/UFPB). E-mail: sarabecao@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professor adjunto do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/UFPB); coordenador do Programa de Pesquisa e Extensão Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB/UFPB). E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br.

Social movements and popular health practices in State of Paraíba, Brazil: survey of experiences and reconstruction of its main historical landmarks (1960-1990)

Sara Rebeca da Silva Oliveira³, Pedro José Santos Carneiro Cruz⁴

Abstract

Social movements are made of groups of people who share the same territory, collective identities and organize themselves in a democratic and dialogic manner. From these, health care productions integrated with local realities emerge and Paraíba is historically recognized as the cradle of these actions, especially those with theoretical-methodological orientation of Popular Health Education. This research aimed to highlight the history of these groups and their subjects, recording their experiences. To this end, we resorted to a study with a qualitative approach and descriptive character, proceeded by 26 individual semi-structured interviews with social actors, from which the personal and collective historical landmarks of these subjects were extracted and systematized for the construction of a timeline. It was observed that in the period referring to the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), many of the experiences were articulated by sectors of the Catholic Church. In other periods, the articulations were carried out by unions and minority groups, popular communities and students, with the Landless Workers' Movement (MST) being the most expressive group present in the trajectories. In this way, the substrate produced will be configured as a collection for other researches, as well as being useful in disseminating the memory of the groups and their historical contributions.

Keywords

Social movements. Grassroots Practices. Popular Education in Health. Social Participation in Health.

³ Undergraduate student in Medicine, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; member of the Research and Extension Program for Comprehensive Health and Nutrition Promotion in Primary Care (PINAB/UFPB). E-mail: sarabecao@gmail.com.

⁴ PhD in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; assistant professor of the Center for Medical Sciences, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; leader of the Research Group on Popular Extension (EXTELAR/UFPB); coordinator of the Research and Extension Program for Comprehensive Health and Nutrition Promotion in Primary Care (PINAB/UFPB). E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br.

Introdução

Os movimentos sociais e as práticas populares constituem grupos territorializados, os quais reúnem sujeitos que compartilham de identidades coletivas, relacionam-se e organizam-se de forma democrática e dialógica. Tais instâncias são permeadas por uma atuação social e politicamente ativa, a qual se dá por meio do controle e da participação social, seja institucionalizada ou não. No contexto da saúde, esses coletivos são compostos por grupos de sujeitos que mobilizam ações para resolver os principais problemas de saúde em seus territórios, tendo o olhar crítico sobre a realidade e a abordagem participativa como suas principais marcas. Em seu agir, produzem saberes e alternativas para a construção de novas práticas em saúde, inclusive naquelas situadas nos serviços de saúde institucionalizados (PEDROSA, OLIVEIRA, 2014). Assim, é possível afirmar que o protagonismo dos movimentos sociais e das práticas populares em saúde possibilita o desenvolvimento de ações de promoção de saúde que tenham não apenas os profissionais de saúde como protagonistas, mas integrantes da própria população, os quais participam e contribuem nas ações dessa área com seus saberes, vivências e práticas. Desse modo, emergem formas de cuidado coerentes às realidades locais, sobretudo com os modos de viver, sentir, pensar e agir das pessoas e dos grupos sociais (VALLA, 1996).

Conforme apontado em obras como a de Palmira Lopes (2019) e em estudos como os de Mélló *et al.* (2021) e Fernandes *et al.* (2021), as ações de saúde protagonizadas pelos movimentos sociais e as práticas populares produzem sentidos, significados e metodologias adequadas ao enfrentamento dos determinantes sociais em saúde, bem como constroem novas possibilidades que contribuem para a constituição de territórios e de espaços para a busca e a afirmação do bem viver, da qualidade de vida e da promoção integral da saúde comunitária.

É verdade que a valorização dos saberes e das iniciativas populares na construção das práticas de saúde ainda é alvo de tensões e conflitos no setor, em especial pelo fato das ações e serviços de saúde caracterizarem-se, predominante, por um modelo biomédico, hospitalocêntrico, privatista e médico-centrado. No entanto, no campo da saúde coletiva, há discussões e produções consolidadas que enfatizam o entendimento de que as práticas de saúde são potencializadas quando construídas de forma compartilhada (CARVALHO, ACIOLI, STOTZ, 2001) entre os saberes científico-técnicos, juntamente com os saberes “de experiência feitos” – conforme fundamentado por Paulo Freire (2005) –, os quais são produzidos e acumulados ao longo das experiências e vivências humanas, socializados e

compartilhados nos territórios, nas comunidades, nas famílias e em grupos de partilha de saberes (PEDROSA, 2012).

À vista disso, a Educação Popular em Saúde (EPS) constitui uma perspectiva orientadora das ações em saúde que envolve abordagens educativas para uma atuação que permeia uma leitura crítica da realidade e extrai, desse seu ponto de partida, para o cuidado. A EPS reconhece o cuidado como um processo de produção coletivo, cujas práticas visam o fortalecimento da autonomia e emancipação dos sujeitos, a transformação da realidade e a superação dos processos de desigualdades sociais (CALADO, 2014; PULGA, 2014). A Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) dá significância à contribuição dos movimentos e das práticas populares em saúde, pois valoriza a mobilização social, reconhecendo a potencialidade dos processos integrais de cuidado humanizados trazidos por essas experiências. Diante disso, a EPS alicerça a construção desse estudo, pois subsidia o entendimento da importância do levantamento, da estruturação e do desenvolvimento de estudos que evidenciem os saberes, as experiências e as ações adjacentes às iniciativas populares, considerando os processos históricos nos quais se desenvolveram.

Nesse sentido, a reconstituição da história dos movimentos sociais e das práticas populares em saúde, acompanhadas da socialização e do registro das experiências daqueles que os integram, possui uma significativa relevância social, cultural e pedagógica, que ultrapassa o campo da saúde. No entanto, são escassos os estudos que abordam a dimensão histórica das trajetórias pessoais dos atores sociais desses movimentos. Além do mais, são limitadas as produções relacionadas às percepções desses protagonistas, em especial no que se refere às suas contribuições, ideias e reflexões sobre aspectos como a EPS, a saúde coletiva e os desafios da atualidade para a ação dos movimentos e das práticas.

Assim, essa pesquisa se faz relevante ao visar contribuir com o preenchimento dessa lacuna, identificando, registrando e reconstituindo as histórias das experiências dos atores dos movimentos sociais e práticas populares de saúde, territorializadas no estado da Paraíba, Brasil, o qual é historicamente reconhecido por ser berço de várias ações protagonizadas por esses grupos, que, em especial, orientam-se pela EPS e, para além disso, ainda hoje, destacam-se a nível nacional e internacional por suas metodologias, reflexões e discussões sobre o processo de cuidado em saúde. Ao apontar as iniciativas, vivências e ações das quais os protagonistas fizeram parte, têm-se o objetivo de construir um acervo de registro com as contribuições desses sujeitos, para que sejam disponibilizadas e socializadas como aporte teórico para outras pesquisas e para difusão da memória e história dessas iniciativas.

Este estudo é oriundo de um plano de trabalho de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado “Movimentos Sociais e Práticas Populares de Saúde na Paraíba: sistematização de experiências, produções, ideias e reflexões de seus protagonistas” e construído no âmbito do Programa de Pesquisa e Extensão Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB), vinculado ao Departamento de Nutrição e ao Departamento de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ademais, também esteve articulado com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da UFPB. Várias pesquisas vêm sendo desenvolvidas nesses grupos, no que tange à participação popular em saúde e ao debate em torno dos movimentos sociais e populares em saúde.

Metodologia

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e de caráter descritivo, fundamentado nos pensamentos de Minayo (2008) e Gadamer (1999), utilizando-se da metodologia da sistematização de experiências que, conforme Jara Holliday (2006), é utilizada para o aprofundamento dos contextos históricos, nos quais nascem e se desenvolvem experiências de ação social, bem como para a explicitação de dimensões constitutivas de seu fazer, produtos e desdobramentos de suas realizações. No caso deste estudo, essa metodologia foi importante para compreender o surgimento dos movimentos sociais e das práticas populares em saúde considerados, sendo, então, sistematizados os seus principais marcos históricos e referenciais, além do pensamento crítico e propositivo de seus protagonistas.

Na primeira etapa do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na base de dados Portal de Periódicos Capes, com os descritores “Movimentos sociais”, “Movimento social”, “Movimentos populares”, “Movimento popular”, “Movimentos comunitários”, “Movimento comunitário”, “Práticas sociais”, “Prática social”, “Práticas populares”, “Prática popular”, “Práticas comunitárias” e “Prática comunitária”, usados individualmente em cada busca. Como critério de inclusão, foram utilizados os artigos com período de publicação entre 2015 e 2020, publicados no Brasil. Realizamos essas buscas bibliográficas com o intuito de construir um aparato teórico que embasou a análise crítica feita sobre o material coletado das entrevistas. Os achados revelaram a escassez de estudos e produções que explicitam os

principais marcos históricos das experiências desenvolvidas pelos movimentos sociais e práticas populares em saúde, bem como indicaram que são poucas as produções que relatam as contribuições e reflexões de seus protagonistas sobre a saúde coletiva, a participação popular, o cenário sociopolítico brasileiro e o SUS.

Na segunda etapa do estudo, foram realizadas entrevistas individuais, de cunho semiestruturado (MINAYO, 2008) e com respostas livres e espontâneas dos sujeitos entrevistados, tendo a intenção de possibilitar uma exposição dos fatos com liberdade, tranquilidade e profundidade do que foi perguntado (LIMA; ALMEIDA; LIMA, 1999; MANZINI, 1991). Como critérios de inclusão, destacaram-se: contemplar atores sociais que foram protagonistas em movimentos sociais e práticas populares em saúde; que suas ações fossem orientadas pela EPS; e que o conjunto dos entrevistados contemplasse diferentes tempos históricos, além de gêneros distintos. A escolha dos entrevistados deu-se a partir da consulta a grupos coletivos que priorizam, historicamente, o estudo no campo da EPS e sua interface com práticas populares e movimentos sociais, mais especificamente o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), o Grupo de Pesquisa em Educação Popular e Saúde e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Foram realizadas 26 entrevistas com protagonistas que integram movimentos sociais, práticas populares e/ou experiências de EPS na Paraíba em diversos momentos históricos, os quais deram permissão, por escrito, para a revelação de suas identidades neste estudo: Antônia Alves Matias (Antônia – Movimento Comunitário), Alane Maria Silva de Lima (Alane – Movimento de Ligas Camponesas), Antonio Maria Guerin (Padre - Movimento Pastoral da Igreja Católica), Claudete Francisca de Araújo Ribeiro (Claudete – Movimento Comunitário), Dilei Aparecida Schionet (Dilei - MST), Ednaldo dos Santos Silva (Cacique – Movimento Indígena), Felipe Proença de Oliveira (Felipe - Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares), Francisca dos Santos Nunes (Francisca - MST), Francisco Nascimento (Santo da Terra – Práticas Populares com Fitoterapia), Janaína Cristine Pereira Nunes (Janaína – Movimento de Extensão Popular), Janaína Gomes Lisboa (Janaína Lisboa – Movimento de Extensão Popular e MOPS), Jocineide Maria Cajueiro (Neide – Movimento Popular de Saúde/PB), Josinaldo Dantas da Silva (Josinaldo – Movimento Pastoral da Igreja Católica), Marcos Antonio Freitas de Araújo (Marcos – Movimento de Consulta Popular), Maria Betânia da Silva (Betânia – MOPS e ANEPS), Maria da Penha Alves Sérgio (Penha – MOPS, ANEPS e Movimento Pastoral da Igreja Católica), Maria das Dores Costa Brito (Dora – Movimento de Luta por Moradia), Maria das Neves Oliveira (Neves – Práticas Populares com Fitoterapia), Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes – Movimento de EPS),

Maria de Lourdes Rodrigues de Souza (Lourdinha – Práticas Populares com Fitoterapia), Maria do Socorro Borges Barbosa (Socorro – Movimento de EPS), Marilene Dantas de Melo (Marilene – MST), Marly Valentim (Marly - Movimento de ACSs), Roselita Vitor da Costa Albuquerque (Roselita – Movimento Sindical), Sônia Maria Lacerda (Sônia – Movimento Sindical), Verônica Lourenço da Silva (Verônica - ANEPS).

Ademais, foram feitas consultas bibliográficas a 2 textos, que continham depoimentos e narrativas de duas importantes protagonistas dos movimentos e das práticas populares de saúde da Paraíba, sendo elas: Palmira Sérgio Lopes (Palmira – Movimento Popular de Saúde/PB) e Eulina Pereira Ferreira (Eulina – Movimento de ACSs). Assim, essas não foram entrevistadas pessoalmente, nem por meio das alternativas virtuais. Suas narrativas foram extraídas de produções bibliográficas que já continham a história relatada sobre cada uma delas.

Com isso, reforçamos que a não manutenção do anonimato foi feita com o objetivo de dar visibilidade ao protagonismo dos entrevistados, publicizando suas conquistas, reflexões e conhecimentos, por meio desse trabalho e das produções que se sucedem, o que foi feito com a anuência e a concordância de todos os participantes, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com isso, acredita-se que esse caminho irá nos levar à valorização e reconhecimento da importância dos movimentos e práticas populares da Paraíba. Cabe destacar que esta pesquisa está em consonância com os preceitos que regem a Portaria nº 466/2012 (BRASIL, 2013). Os objetivos do estudo foram apresentados, de forma clara e para todos os entrevistados, antes do início das gravações, e foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CCM/UFPB e aprovadas sob o número do parecer 3.384.951.

Diante do contexto de necessidade de medidas de isolamento social, decorrente da pandemia da Covid-19, a realização da maioria das entrevistas presenciais ficou impossibilitada, bem como a comunicação com os entrevistados almejados, a princípio, ficou frágil. Nesse processo, inclusive, houve o falecimento de um dos potenciais entrevistados, em virtude da Covid-19. Sendo assim, somente duas entrevistas ocorreram presencialmente, pois foram feitas antes do período de distanciamento social imposto pela pandemia, e o contato com os demais entrevistados se deu de forma online, para agendamento e posterior realização das entrevistas, as quais ocorreram por meio do *Google Meet* ou pelo *WhatsApp*, considerando um roteiro com as seguintes perguntas: 1. Você se considera integrante de movimento social, de prática popular e/ou de experiência de EPS? Por quê?; 2. Como você se tornou integrante de uma dessas experiências?; 3. Você se considera um/a educador/a popular

em saúde? Por quê?; 4. Ao longo de seu percurso no movimento/prática/experiência, quais foram as temáticas ou as questões que mais despertaram o seu interesse?; 5. Quais foram as ideias e os referenciais mais significativos/expressivos? Por quê?; 6. Compartilhe conosco os caminhos de construção das experiências, movimentos e/ou práticas dos quais participou; 7. Seria possível sintetizar um conceito de movimento social, de prática popular e de educação popular em saúde?; 8. Em sua opinião, quais são os principais desafios atuais para os movimentos sociais, as práticas populares e a educação popular em saúde?; 9. Em sua percepção, quais as potencialidades atuais para os movimentos sociais, as práticas populares e a educação popular em saúde?; 10. Em uma autoavaliação crítica, quais seriam suas principais contribuições (teóricas e práticas) ao campo da saúde coletiva?; 11. Como podemos fazer um levantamento documental e/ou bibliográfico de suas principais produções e experiências?; 12. Aponte outros movimentos sociais, práticas populares e experiências em EPS que julgue significativos para o campo da saúde no estado da Paraíba.

Apesar de possuírem um roteiro de questões que contemplam o que se pretende no estudo, as entrevistas foram orientadas pelo embasamento metodológico da perspectiva da história oral (SELAU, 2004). Por isso, havia liberdade e autonomia do entrevistado, no sentido de suas respostas seguirem caminhos diferentes do roteiro programado, podendo crescer ao momento com partilhas que considerasse oportunas ao estudo. Para tanto, foi incluída, como metodologia para esse momento de narrativas, a perspectiva utilizada em pesquisas de história da educação e das práticas educativas, segundo o que pensam Bloch (1965; 2001), Le Goff (2003), Lopes e Galvão (2001) e Machado, Coelho e Dorigão (2016).

Antes das coletas de informações, foram realizados espaços de apresentação dos pesquisadores, os quais expuseram os objetivos do estudo aos entrevistados e o que se pretendia produzir a partir das informações que seriam coletadas, além de ter sido feita a contextualização das perguntas que seriam abordadas. Em seguida, foi repassado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi lido e assinado em concordância com os possíveis fins deste estudo. Em sequência, as entrevistas iniciaram com uma pergunta aberta, para que o entrevistado se apresentasse e narrasse sua trajetória pessoal dentro e fora dos movimentos sociais e/ou práticas populares de saúde que fizessem parte. Isso permitiu que os pesquisadores adequassem o roteiro de perguntas com o que já havia sido contemplado pelo entrevistado.

As entrevistas foram gravadas, arquivadas e transcritas para ser realizada a terceira etapa da pesquisa, que consistiu na leitura e revisão das transcrições, por meio da sistematização das falas e análise. Essa última foi feita segundo seus núcleos de sentido e na

perspectiva da verificação de conteúdo, conforme fundamentada por Laurence Bardin (2011), destacando as citações-chave de acordo com suas adequações nos eixos pré-estabelecidos: identificação como integrante; elementos que justificam a identidade; caminhos que levaram a integrar; temáticas e questões de atuação; ideias, referências e referenciais; conceitos de Movimentos Sociais, Práticas Populares e Educação Popular em Saúde; desafios atuais; potencialidades atuais; identificação das contribuições teóricas e práticas; linha do tempo. Em seguida, uma segunda análise em profundidade foi realizada, utilizando a leitura da sistematização dos núcleos de sentido, com o intuito de extrair momentos históricos protagonizados pelos entrevistados, para compor uma linha do tempo pessoal de cada um segundo suas vivências e destacando os marcos históricos dos movimentos sociais, práticas populares e das experiências de EPS relatadas pelos sujeitos entrevistados. Com isso, foram estruturadas, conjuntamente, as linhas do tempo dos sujeitos, organizadas pelas décadas em que foram destacados os protagonistas junto às suas respectivas ações e atuações ao longo dos anos.

Com a linha do tempo em mãos, foi realizada a análise do conteúdo elencado, em que foram observados os tipos de experiências que mais apareceram e suas predominâncias ao longo das décadas, além das menções por atores sociais diferentes e das décadas com maior mobilização social, buscando contextualizar de acordo com os eventos históricos brasileiros.

Resultados

Com os resultados obtidos por meio das análises das entrevistas orais, foi possível estruturar uma linha cronológica da história dos movimentos sociais, práticas populares e experiências de EPS na Paraíba, conforme abordadas pelos atores sociais entrevistados.

Nesse sentido, os marcos históricos foram organizados por décadas, agrupando os relatos dos entrevistados que pertencessem à mesma linha temporal. Os entrevistados trouxeram narrativas sobre participações, experiências e vivências que foram marcantes em suas trajetórias, as quais se somam aos objetivos do estudo em reconstituir a história desses sujeitos e marcos históricos sociais que estiverem contribuindo. Na medida em que as narrativas foram levantando menções às variadas experiências, instituições e organizações, fomos indicando, com nota de rodapé, maiores detalhamentos sobre esses espaços, a fim de subsidiar as informações necessárias para a compreensão mais ampla dos leitores, bem como para análise e interpretação crítica do material.

Foi feito um recorte da produção total dessa pesquisa, dividindo o material entre as décadas de 1960 – 1990, que será apresentado no produto deste estudo, bem como as décadas de 2000 – 2020, cujo conteúdo será publicado posteriormente. Tal divisão se deu em virtude do volume de conteúdo das experiências dos 28 atores sociais populares entrevistados, assim como das notas de rodapé que acompanham o trabalho, as quais consideramos de extrema relevância, uma vez que trazem a descrição de movimentos, grupos, eventos e experiências cujas informações não são de fácil acesso e consulta, bem como corroboramos com o registro e a socialização da existência desses movimentos, que sofrem com a invisibilidade ao longo da história. Assim, não deixamos que acabem perecendo ao longo do tempo.

Década de 1960

- No início de sua jornada, Palmira Lopes se aproximou da comunidade por meio de movimentos articulados com a Igreja Católica, tornando-se líder comunitária no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa-PB.

Década de 1970

- Socorro Borges participou dos movimentos contra a Ditadura Militar (DM), como o Movimento Contra a Carestia (MCC)⁵, em 1978.
- Neves começou a participar de experiências locais que seriam a semente da futura construção do Movimento Popular de Saúde (MOPS)⁶. Porém, o movimento ainda não tinha esse nome, na medida em que a identidade de sua base eram os Encontros Nacionais de Experiências de Medicina Comunitária (ENEMEC). Além disso, Neves também se engajou no Movimento Feminista, a fim de lutar contra os relacionamentos abusivos e feminicídios, presentes em seu círculo social.
- Palmira permaneceu como liderança comunitária em João Pessoa, deixando implantados 3 grupos da Pastoral da Criança (PC)⁷. Nesse período, também mobilizou um grupo de jovens para ações de melhoria na comunidade. A partir

⁵ Movimento Contra a Carestia (MCC): também conhecido como Movimento Custo de Vida (MCV), foi um dos maiores movimentos populares no contexto das lutas populares dos anos de 1970 a 1980, e teve um papel importante ao contestar políticas econômicas do regime militar.

⁶ Movimento Popular de Saúde (MOPS): entidade sem fins lucrativos, cuja missão é fortalecer a luta social pela saúde pública e de qualidade, bem como sua defesa como um direito social.

⁷ Pastoral da Criança (PC): organização social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a qual atua na organização comunitária e na capacitação das lideranças que ali vivem e assumem o papel de orientar e acompanhar famílias em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania.

disso, conseguiu levantar recursos para a construção de um ambulatório na comunidade.

Década de 1980

- Nega Lourdes se envolveu com os movimentos sindicais, estudantis e partidários, lutou pelos direitos trabalhistas e promoveu a alfabetização por meio do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema (SINTAB)⁸. Ainda, mobilizou grupos de mulheres para discutir políticas públicas e direitos sociais, assim como colaborou para a formação de grupos de oposição sindical na região do Seridó e Curimataú, localizados no estado da Paraíba.
- Na década de 1980, Palmira estreitou laços com a UFPB e manteve esse vínculo de forma organizativa e política, por meio de suas participações e trocas de saberes sobre plantas medicinais. Palmira, ainda, manteve relação com alunos extensionistas, ensinando os caminhos do protagonismo popular em saúde. Seu saber foi importante na organização de iniciativas de valorização da fitoterapia, como o Grupo Integrado de Plantas Mediciniais (GIPLAM)⁹ e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas da UFPB (NEPHF)¹⁰. Somado a isso, expôs seus saberes e conhecimentos fitoterápicos, assim como ampliou o saber de sua comunidade sobre o poder de cura proveniente das plantas. Em 1980, Palmira foi apresentada ao MOPS, tornando-se uma das fundadoras do movimento e coordenadora por 16 anos. Com o MOPS, Palmira lutou pela necessidade do povo, fosse água, alimentação, direito à saúde ou a valorização das práticas populares. A partir do MOPS, Palmira conheceu outros movimentos e teve vivências que marcaram sua trajetória no movimento popular e na luta pelo direito à Saúde. Em

⁸ Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema (SINTAB): entidade democrática, sem caráter religioso ou partidário e independente do Estado, cujos objetivos são representar, unificar, coordenar, estimular, integrar, expressar e dar força às reivindicações dos servidores, fortalecendo a autonomia desses e o exercício pleno de seus direitos. Ele abrange os municípios de Arara, Areal, Campina Grande, Fagundes, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Montadas, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Serra Redonda, Solânea e Soledade.

⁹ Grupo Integrado de Plantas Mediciniais (GIPLAM): iniciativa de valorização da fitoterapia na UFPB, que visou democratizar os conhecimentos acadêmicos para a formação de uma nova geração de profissionais de saúde.

¹⁰ Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas da UFPB (NEPHF): criado na UFPB em 1991, com o objetivo de realizar e promover atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Homeopatia e Fitoterapia, bem como formar grupos de estudos voltados para a Medicina Alternativa.

1986, Palmira se inseriu no Movimento Sem Terra (MST)¹¹, somando ao movimento pelo direito à saúde pública, gratuita e de qualidade. Já em 1987, manteve sua luta pelos ideais do direito à saúde, mas, também, com conscientização religiosa e plantas medicinais na PC.

- Dentro da Igreja, Eulina Pereira participava da Comunidade São Lucas (CSL) como animadora de crisma, mas afirmou que isso acontecia durante o momento do evangelho em que as pessoas expunham as suas necessidades. Dessa forma, ela iniciou a luta por melhorias na comunidade. Nesse contexto, também iniciou engajamento na PC e afirmou que essa levou, para o ambiente da Igreja, a proposta de cuidar da família dentro da mística do evangelho, estreitando o vínculo entre religião e cuidado em saúde. Nesse caminho, Eulina foi professora do Projeto Sal da Terra¹², no qual o foco era a Educação de Jovens e Adolescentes (EJA).
- Em 1986, Francisca entrou como voluntária no projeto “Clube do Menor Trabalhador¹³” e coordenou o “Projeto Gerando Renda e combatendo a fome”, um projeto que envolvia mais de 60 mulheres e recebia financiamento da Alemanha.
- No ano de 1980, Socorro participou, em São Paulo, da formação do Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁴. Em 1983, também fez parte da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁵ e, como representante dela, foi conselheira estadual de saúde no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS)¹⁶. Em 1984, Socorro entrou para o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), sofrendo represália por seus posicionamentos contra a ditadura militar. Em 1987, envolveu-se com o movimento sanitário da Paraíba. Das experiências dessa década, a protagonista pontua as vivências nas Comunidades

¹¹ Movimento Sem Terra (MST): movimento de ativismo político-social e de inspiração marxista, o qual busca, fundamentalmente, a redistribuição das terras improdutivas.

¹² Projeto Sal da Terra: experiência de escolarização de jovens, adultos e idosos, sendo todos moradores de comunidades periféricas de João Pessoa e cidades circunvizinhas.

¹³ Clube do Menor Trabalhador: instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é realizar um trabalho socioeducativo junto a pré-adolescentes e adolescentes, ambos oriundos de comunidades periféricas de João Pessoa e cidades circunvizinhas.

¹⁴ Partido dos Trabalhadores (PT): um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América Latina, sendo, também, um partido político brasileiro.

¹⁵ Central Única dos Trabalhadores (CUT): entidade de representação sindical brasileira de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

¹⁶ Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS): iniciativa do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), no sentido de universalizar sua assistência, que beneficiava apenas trabalhadores da economia formal (com carteira assinada) e seus dependentes.

Eclesiais de Base (CEB)¹⁷ e seu acompanhamento na Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde (FENASPS)¹⁸, sendo muito atuante enquanto sindicalista na Paraíba. Além disso, passou a integrar a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁹ e atuar nas lutas feministas.

- Em 1983, Verônica iniciava sua história nos movimentos sociais por meio do movimento estudantil do Centro Cívico Castro Alves.
- Moradora da Zona Rural até os 12 anos de idade, Roselita Vitor saiu da terra onde morava, pois o patrão de seu pai iria vendê-la. Com isso, em 1984, foi morar na zona periférica de Remígio, em uma comunidade chamada Abatedouro. Lá, havia um movimento de igreja a qual fez parte, em que se envolveu com o que acontecia na comunidade e, também, tornou-se catequista. De 1989 a 1993, fortaleceu o grupo Zonal Brejo.

Década de 1990

- Claudete Ribeiro realizou o primeiro Natal em Família na Comunidade Santa Bárbara, onde os moradores se reuniram em celebração com pipoca e café, apontando a situação precária do território ao qual estavam inseridos na época. A partir disso, Claudete passou a fazer o mês Mariano e o mês bíblico, ensinando as crianças a rezar e mobilizando jovens para o processo de melhorias da comunidade, como forma, também, de mobilizar o engajamento das mulheres por meio de seus filhos. Essas mobilizações trouxeram mudanças para o território, combatendo a falta de água, de energia e levando a avanços quanto a condições de moradia digna. Com o seu protagonismo e a mobilização dos grupos, Claudete conseguiu apoio estadual para a construção de casas de alvenaria, mudando o cenário de plástico e papelão que encontrou ao chegar na comunidade.

¹⁷ Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): organizações da Igreja Católica ligadas à Teologia da Libertação, as quais se reúnem em função da proximidade territorial e vulnerabilidades em comum.

¹⁸ Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde (FENASPS): entidade que tem como finalidade defender os interesses dos servidores do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS) em todo o Brasil.

¹⁹ Comissão Pastoral da Terra (CPT): instituição civil, sem fins lucrativos, criada pela CNBB e que tem o objetivo de servir os trabalhadores do campo, dando suporte e orientação a eles.

- Nega Lourdes é a principal idealizadora e fundadora do Centro de Educação Popular (CENEP)²⁰ na cidade de Nova Palmeira, que se localiza na Paraíba.
- Em 1994, Palmira promoveu uma mobilização para reivindicação de água e energia na Comunidade Sítio Engenho Novo, em Mamanguape-PB.
- Em 1993, Neide Maria entrou no Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS)²¹ e se engajou no projeto de extensão Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF)²² em 1997. Além disso, atuou em conjunto com a Associação Maria de Nazaré²³ na cidade de João Pessoa, como Agente Comunitária em Saúde (ACS).
- Eulina iniciou sua participação no PACS, tornando-se ACS em 1994;
- Na década de 1990, Marilene participou da PC, a fim de atuar com crianças em situação de desnutrição da Federação Paraibana de Associações Comunitárias (FEPAC). Além disso, foi coordenadora do bairro dos Funcionários IV, bem como conselheira do Orçamento Democrático por duas gestões. Em 1996, entrou para o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)²⁴ e, em 1997, para o MST, participando da marcha em defesa do Brasil no mesmo ano. No MST, iniciou no setor de educação popular e coordenou o setor de saúde, trabalhando com hortas medicinais.
- Francisca foi convidada a participar de uma ocupação feita pelo MST em outubro de 1997 no município de Pombal-PB, e lá se descobre na militância. Em setembro de 1999, participou do assentamento em Mari-PB, o qual foi desapropriado no ano seguinte. Nesse período, foi Presidenta do Assentamento, cujo cargo se estendeu até o ano de 2018.

²⁰ Centro de Educação Popular (CENEP): entidade não governamental que trabalha com a promoção da educação, cultura e arte, qualificação profissional, consciência ambiental voltada para a caatinga, promoção da saúde (por incentivar o uso de plantas medicinais nas práticas curativas) e de práticas integrativas e complementares para a comunidade.

²¹ Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS): iniciativa do Ministério da Saúde que busca melhorias nas condições de saúde das comunidades, na qual foi criada uma nova categoria de trabalhadores, formados pela e para a própria comunidade, conhecidos como os Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

²² Projeto de Extensão Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF): projeto de extensão universitária da UFPB fundamentado nos princípios da Educação Popular, a qual realizava ações de promoção da saúde no âmbito da Atenção Básica, na Comunidade Maria de Nazaré.

²³ Associação Maria de Nazaré: entidade sem fins lucrativos voltada para a oferta de uma melhor qualidade de vida para crianças, adolescentes e famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social ou vítimas de violência.

²⁴ Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): movimento de caráter social, político e popular que organiza trabalhadores urbanos a partir de seus territórios, que advoga pelo direito à moradia, reforma urbana e redução das desigualdades sociais.

- Em 1990, Socorro atuou na luta pela implantação do SUS, na luta partidária e sindical. Além disso, foi a primeira presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado da Paraíba (SINDSPREV)²⁵. Nesse período, também entrou para o MST e, nele, continuou.
- Em 1999, Felipe Proenço de Oliveira participou de um estágio de vivências em Gramame, na Paraíba.
- Dôra Costa Brito, de 1993 a 1998, integrou a PC.
- Em 1990, Betânia saiu de Sousa e foi se profissionalizar no Teatro de Oficina, coordenado pelo diretor Luiz Cacau. Em 1991, foi para João Pessoa.
- Penha Alves ingressou na luta pela terra no assentamento, começando a participar das formações nos grupos religiosos da Paróquia de Jacaraú. Também vem participando dos Encontros de Mulheres da CPT²⁶ e das formações e oficinas ofertadas pelo movimento desde 1998, mantendo-se nesses espaços até os dias atuais.
- De 1991 a 1992, Roselita ingressou na Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP)²⁷. Contribuiu na criação de um grupo de jovens na comunidade São Judas Tadeu, formado por jovens de famílias de agricultores sem-terra e em situação de pobreza socioeconômica. A partir desse ano, ingressou na luta do movimento sindical e está acompanhando as experiências da agroecologia desde então. Além disso, em 1993, entrou na direção do sindicato de Remígio-PB, quando a AS-PTA²⁸ chegou na região prestando assessoria, dando início às primeiras experiências em agroecologia com o movimento sindical. Com isso, nasceu, em 1996, o Polo da Borborema²⁹, quando os sindicatos de Lagoa Seca e Alagoa Nova começaram a lutar por um espaço em que os agricultores pudessem vender seus produtos na Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA) de Campina Grande-PB. Posteriormente, em 1996, ocorreu a articulação da luta previdenciária, para garantir os direitos dos trabalhadores e das

²⁵ Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado da Paraíba (SINDSPREV): entidade que luta pelos direitos de seus trabalhadores, cujas ações são desenvolvidas em prol de melhores condições de trabalho e respeito à categoria.

²⁶ Encontro de Mulheres da CPT: encontro de mulheres agentes da CPT, no qual se promove a reflexão sobre o machismo, a partir de uma leitura feminista da Bíblia.

²⁷ Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP): articulação pastoral de jovens da classe explorada, a qual visa engajar esses sujeitos para contribuírem com a transformação social à luz de Jesus Cristo.

²⁸ AS-PTA: associação de direito civil sem fins lucrativos que atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

²⁹ Polo da Borborema: articulação formada por uma rede de 15 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STRs), associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos.

trabalhadoras rurais a terem a aposentadoria. Em 1998, o polo começa a fazer um diagnóstico sobre as sementes crioulas, ou sementes da paixão.

A linha temporal de 1960-1990 apresentada possui o relato de quinze entrevistados, bem como a continuação de suas trajetórias ao longo das próximas décadas. Os outros treze entrevistados serão abordados em uma produção posterior.

Algumas reflexões emergentes desse caminhar histórico coletivo

Os movimentos sociais podem ser entendidos como uma rede cidadã de identidade coletiva, com inquietações em comum que mobilizam a sociedade, a qual se organiza no intuito de produzir transformações estruturais (FERNANDES *et al.*, 2017; SHIMIZU *et al.*, 2015). Mediante a sistematização, foi observado, nos anos de 1960 a 1970, o cenário que Cedran (2017) apontou em seu trabalho, no qual os movimentos sociais reivindicativos estavam suprimidos pela Ditadura Militar, restando, à militância, articular-se por meio de setores da Igreja Católica, como a PC, a CPT e as CEB, pois, nesses espaços, havia o acolhimento das demandas comunitárias para discussões como saneamento básico, saúde, habitação e educação.

Os resultados mostraram, também, que a proximidade dos atores sociais com as práticas sociais se deu dentro de um processo de identificação territorial com elementos culturais, políticos e territoriais, gerando mobilizações sociais como fruto desse caminho. Além disso, é possível perceber que, entre o período correspondente ao regime militar e à redemocratização brasileira, houve forte mobilização social, construção de coletivos, sindicatos e organizações comunitárias cujos trabalhadores da saúde estiveram engajados no processo construtivo, principalmente em conjunto à comunidade, com o objetivo de promover a emancipação das classes populares (SEVALHO, 2018).

Outra observação significativa se dá sobre a trajetória de muitos entrevistados, os quais iniciaram sua militância em movimentos articulados com setores da Igreja Católica, como a PC, CPT e PMJP, ou, também, a partir da integração nos movimentos estudantis secundaristas ou universitários. Os que estão relacionados à Igreja Católica foram mais expressivos entre as décadas de 1970 a 1980, período de oposição e resistência ao regime militar e de grandes movimentações populares em prol da redemocratização do país, nas quais os movimentos estudantis estiveram à frente (SANTOS, 2009), bem como os setores da Igreja Católica (CEDRAN, 2017).

Após esse período, na década de 1990, notou-se, entre os entrevistados, a emergência de participações relacionadas à organização sindical, e isso se deu em meio ao cenário posterior à Constituição Federal de 1988 e às mudanças organizativas do governo brasileiro, visto que, com o Art. 8 do capítulo dos direitos sociais, tornou-se livre a associação profissional ou sindical, possibilitando os servidores públicos a se organizarem oficialmente. Além disso, há, nesse mesmo período, um processo de formação de novas identidades políticas, enquanto os trabalhadores brasileiros buscavam romper com o passado de sua classe e formar um novo sindicalismo, uma vez que os sindicatos perderam espaço de atuação em meio ao regime militar. Logo, a redemocratização do país era como retornar à superfície após anos sendo afogado (SANTANA, 1999).

No levantamento dos marcos históricos, notou-se que, ao longo das décadas, os movimentos articulados com a Igreja Católica foram os mais citados quando agrupados, estando presentes na trajetória de 6 atores sociais (Dôra, Eulina, Palmira, Penha, Roselita e Socorro). Porém, quando abordados individualmente, os movimentos sociais que mais estiveram presentes nas narrativas dos entrevistados foram o MST e a PC, sendo 4 atores sociais citando o MST (Palmira, Marilene, Francisca e Socorro) e 4 citando a PC (Palmira, Eulina, Marilene e Dôra). Essas protagonistas populares participaram de alguma experiência vinculada a esses movimentos ou se tornaram membros desses grupos.

Esse achado aponta para a estreita relação entre religião e os movimentos sociais do campo cujas lutas, historicamente, possuem motivações religiosas. Apesar das igrejas, ao longo da história, estarem vinculadas às classes dominantes, surgiram movimentos religiosos contrários a essa premissa, que estiveram comprometidos com a luta pela terra e por melhores condições de trabalho e vida ao trabalhador, sob o olhar da Teologia da Libertação. Esses movimentos se aproximaram de grupos de lutas populares, como o MST. Além disso, ainda hoje, observamos o apoio de líderes religiosos às causas populares, mesmo em meio ao avanço do conservadorismo nas últimas décadas (MENEZES NETO, 2007).

Considerações finais

O registro da memória e a reconstituição da história de movimentos sociais e de práticas populares em saúde no estado da Paraíba têm grande relevância social, cultural, histórica e pedagógica. Para tal, o levantamento, a análise e a sistematização dessas experiências são importantes para registrar esses processos históricos de luta e resistência, bem como também se faz relevante socializar os materiais produzidos a partir disso, pois é um

conhecimento que precisa ser público, tendo em vista a lacuna teórica em torno da história dos atores e atrizes sociais protagonistas dessas práticas sociais.

Nesse sentido, este estudo alcança aquilo que foi proposto como objetivo ao identificar as experiências de movimentos sociais e práticas populares de saúde da Paraíba, orientadas pela educação popular, reconstituindo suas histórias a partir da trajetória pessoal dos atores sociais entrevistados. Ainda que os objetivos tenham sido cumpridos, é válido ressaltar que o contexto da pandemia trouxe perdas históricas de atores sociais que faleceram em virtude da Covid-19, como aconteceu com um dos potenciais entrevistados. Além disso, ela impossibilitou a comunicação com alguns participantes, que não puderam participar em virtude de limitações tecnológicas. Tal cenário revela, à sociedade, a importância de registrar a história dos atores sociais e dos próprios movimentos, pois há a experiência do indivíduo com múltiplas vivências em diversos coletivos ao longo de sua vida. A partir disso, o presente estudo mostrou que há trajetórias e vivências em comum que levam essas pessoas a integrarem os movimentos e práticas sociais.

Para mais, o estudo mostrou que a educação popular é a principal base metodológica utilizada pelos protagonistas em suas organizações coletivas e em seus processos educativos e relacionais. Além disso, foi observada a conexão entre a mobilização social, a partir da identificação com o território e o desejo de transformação desse espaço. Também, foi visto o papel que a Igreja Católica teve durante a Ditadura Militar, no sentido de possibilitar a articulação da militância em um período de autoritarismo e censura de manifestações sociais reivindicativas.

Assim, o substrato desta produção se configura como acervo sobre a EPS na Paraíba, tendo sua utilidade voltada para a difusão da memória e da história de atores sociais dos movimentos sociais, práticas populares e experiências em EPS, bem como suas contribuições sociais históricas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLOCH, M. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BLOCH, M. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República**

Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

CARVALHO, M. A. P.; ACIOLI, S.; STOTZ, E. N. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. *In*: VASCONCELOS, E. M. (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: Hucitec, 2001. 281 p. p. 101-114.

CALADO, A. J. F. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? *In*: CRUZ, P. J. S. C. *et al.* (org.). **Educação popular e nutrição social**: reflexões e vivências com base em uma experiência. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 355-375.

CEDRAN, P. C. A igreja católica no século XX redefine seus rumos: o contexto da criação do SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes). **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 10, n. 28. p.163-192, 2017. Doi: 10.4025/rbhranpuh.v10i28.32098. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/32098>. Acesso em: 8 nov. 2022.

FERNANDES, D. S. *et al.* Atuação de movimentos sociais e entidades na pandemia da Covid-19 no Brasil: o cuidado à pessoa idosa em Instituições de Longa Permanência. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2021. Doi: 10.1590/1981-22562021024.210048. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/chWChVPk5JrgPHnSrKxNF7J/?lang=pt> . Acesso em: 3 jul. 2022.

FERNANDES, V. R. *et al.* O lugar da vigilância no SUS: entre os saberes e as práticas de mobilização social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3173-3181, out. 2017. Doi: 10.1590/1413-812320172210.1772017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tBBGN3ZsyVmwDzJcvNfkL5m/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2022.

GADAMER, H. **Verdade e método**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, M. A. D. S.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C. C. A utilização da observação participante e da entrevista semiestruturada na pesquisa em enfermagem. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 20, n. esp. p. 130-142, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23461/000265980.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jul. 2022.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, P. S. **Práticas populares de cuidado, ação comunitária e promoção da saúde**: experiências e reflexões. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2019.

MACHADO, M. C. G.; COELHO, G. F.; DORIGÃO, A. M. As pesquisas com intelectuais em história da educação: um campo profícuo. **HISTEDBR**, v. 16, n. 67, p. 175-188, mar. 2016. Doi: 10.20396/rho.v16i67.8645233. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645233>. Acesso em: 3 jul. 2022.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MÉLLO, L. M. B. D. *et al.* Agentes comunitárias de saúde: práticas, legitimidade e formação profissional em tempos de pandemia de Covid-19 no Brasil. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, n. supl. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210306>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/F8wfx8yHPyYnQYfcG69zKxf/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2022.

MENEZES NETO, A. J. A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, 2007, p. 331-341. Doi: 10.1590/S0103-49792007000200010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/tSX4YvS44WZv9B3qSFQMyRg/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PEDROSA, J. I. Promoção da saúde nos territórios: construindo sentidos para a emancipação. *In*: LANDIN, F. L. P.; CATRIB, A. M. F.; COLLARES, P. M. (org). **Promoção da saúde na diversidade humana e na pluralidade de itinerários terapêuticos**. Campinas: Saberes Editora, 2012. p. 25-48.

PEDROSA, J. I.; OLIVEIRA, M. W. Apresentação. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 18, n. supl. 2, p. 1157-1158, 2014. Doi: 10.1590/1807-57622014.1237. Disponível em: https://bvms.saude.gov.br/bvs/periodicos/interface_comunicacao_saude_educacao_18_supl2_2014.pdf. Acesso em: 8 nov. 2022.

PULGA, V. L. A educação popular em saúde como referencial para as nossas práticas na saúde. *In*: BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de Educação Popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf. Acesso em: 8 nov. 2022.

SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 103-120, 1999. Doi: 10.1590/S0102-69091999000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KCkbMh43JQFRsKGYBRXfXqm/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SANTOS, J. S. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, Marília, ano 3, n. 5, p. 101-108, 2009. Doi: 10.36311/1982-8004.2009.v3n1.1224. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1224>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SELAU, M. da S. História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços**, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SEVALHO, G. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 177-188, 2018. Doi: 10.1590/1807-57622016.0822. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/CCnBTxySpYqFqS93W5RN3Sv/abstract/?lang=pt#:~:text=N%C3%A3o%20%C3%A9%20conceito%20especialmente%20trabalhado,presente%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%20em>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SHIMIZU, H. E. *et al.* A estrutura das representações sociais sobre saúde e doença entre membros de movimentos sociais. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2899-2910, 2015. Doi: 10.1590/1413-81232015209.20592014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rC8Q6M8zdZjJ7kmkVP9vbt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2022.

VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 177-190, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71626>. Acesso em: 8 nov. 2022.

Submetido em 27 de julho de 2022.

Aprovado em 4 de outubro de 2022.